

PERFIL

Mariza: das margens do Zambeze às do Tejo

A cantora propõe um fado mestiço, onde cabem o acordeão, o violoncelo de Morelenbaum e o «rock» de Rui Veloso



↑ Em «tourné» por Espanha / António Pedro Ferreira

LE MONDE
Paris

«**H**Á uma música do povo / Nem sei dizer se é um fado / Que ouvindo-a há um ritmo novo / No ser que tenho guardado / Ouvindo-a, sou quem seria / Se desejar fosse ser»: assim começa o luminoso *Transparente*, um dos melhores álbuns de fado desde há muito tempo, que Mariza decidiu editar em Portugal no dia 25 de Abril, aniversário da revolução de 1974. Os versos são de Fernando Pessoa, com música de Mário Pacheco, e inauguram uma reflexão profunda sobre o fado e a lusofonia, com uma voz plena, em 14 títulos gravados no Rio de Janeiro, com o desejo profundo de definir o génio português, as suas melancolias, os seus arrebatamentos poéticos, o seu espírito festivo, os seus abatimentos. A voz atinge uma maturidade inesperada para uma jovem que se estreou com *Fado em mim* (World Connexion/EMI), em 2002.

Com o seu ar de ícone «rock», o cabelo louro de «rapper», uma irreverência inteligente e a reivindicação de sangue negro nas veias, Mariza conheceu uma carreira fulgurante na Europa e nos Estados Unidos. Antes de se apresentar como vedeta nacional, a 17 de Abril, na Casa da Música do Porto, Mariza seguiu o circuito externo da «world music», com passagem obrigatória pelo festival «Womad», na Grã-Bretanha, criado por Peter Gabriel, o «Músicas mestiças», de Angoulême, e o «Summer Stage», no Central Park, em Nova Iorque.

Quando pediu ao brasileiro Jacques Morelenbaum para fazer os arranjos de um álbum que pressentia, com razão, como o da sua plenitude, ele não pôde recusar. Trabalhou com Tom Jobim, propusera arranjos de cordas, violoncelo e percussão a Caetano Veloso, e satisfizera os desejos de bossa nova de Ryuchi Sakamoto. Agora, via-se perante o desafio do fado. «O género era-me estranho, mas lembrava-me que o Brasil está impregnado da cultura portuguesa»,

diz o carioca Morelenbaum, cujo mergulho em terras lisboetas é de uma delicadeza arejada. Embora tenha convocado amigos brasileiros (João Lyra na guitarra, Carlos Malta na flauta) e uma orquestra de cordas ampla e sinuosa, como é habitual no Brasil, marcada pelas aspirações sinfónicas da bossa nova dos anos 60, o músico e maestro curva-se com deferência perante a guitarra portuguesa de Mário Pacheco, que só por vezes cede o primeiro plano ao acordeão («Fado português de nós», de Paulo de Carvalho).

Com uma paixão barroca, Morelenbaum acompanha ao violoncelo as curvas da dramaturgia exacerbada do fado puro, em duo, devorando «Duas lágrimas de orvalho», o fado dito «de Pedro Rodrigues», que Mariza dedica a Carlos do Carmo, «o maior fadista vivo», poeta e cantor, durante muito tempo próximo do Partido Comunista. A cantora tem outros dois ídolos: os fadistas Fernando Maurício, grande intérprete de «Quando me sinto só» (chamado «fado alexandrino de Joaquim Campos»), e Amália Rodrigues, de quem reproduz «Medo» (Alain Oulman/Reinaldo Ferreira: «**Quem dorme à noite comigo? / É meu segredo, é meu segredo! / Mas se insistirem, desdigo / O medo mora comigo / Mas só o medo, mas só o medo!**»).

Histórias do mar e de amor

Mariza passou a juventude a vaguear pelo Brasil, onde cantava a «bossa-jazz» para ganhar uns cobres. Estudou com minúcia as idas e vindas do fado entre o Brasil, que os historiadores são unânimes em considerar o berço do género, e a metrópole. Inicialmente dançado, o fado terá chegado a Portugal em finais do século XIX, com a corte regressada do exílio no Rio e desembarcado nas margens do Tejo, com um forte contingente de escravos negros. «Mas foi em Lisboa, na Mouraria, em Alfama ou na Madragoa, bairros onde se misturavam pessoas apartadas dos seus e vindas de todos os horizontes geográficos, que o fado nasceu», diz Mariza, que tem certeza e uma cultura consolidada da sua arte.

Transparente expõe histórias do mar, de amor e dos casos pessoais que fadistas talharam à medida para a jovem intérprete, como «Malmequer», escrito à maneira do «fado menor» pela sua colega Aldina Duarte, ou «Transparente», de Paulo Abreu, com música do «rock» nacional Rui Veloso, aqui incrivelmente respeitador dos códigos fadistas. Esta canção (fado?) invoca as origens cruzadas de Mariza, nascida em Lourenço Marques e neta de uma negra, trunfo que sem dúvida pesa no estilo vocal, quente, forte, seguro, da cantora: «**Como a água da fonte / A minha mão é cristalina / Aos olhos da minha avó / Diante dos meus olhos estende-se o mar / Nos rios deste desejo / De quem nasceu para cantar / Um Zambeze que se tornou Tejo.**»

● V.M.

TODO-O-TERRENO

Pela libertação do medo

QUE significa uma guerra mundial, depois de termos sofrido, em todo o mundo, em directo, o horror do «11 de Setembro» e na era em que a televisão nos traz guerras, injustiças e agressões terroristas ocorrendo nos quatro cantos da Terra? Que diferença faz para os mortos, feridos e refugiados que os vitime uma batalha tribal ou uma guerra com estatuto «mundial»? E que diferença faz para todos nós, se não ignoramos os conflitos e nos abstermos de intervir para que sejam travados?

Na era da globalização e no estádio tecnológico em que vivemos, todas as guerras são, de facto, mundiais. Um factor dessa mundialização é o armamento utilizado, que a tecnologia torna mais fácil de manusear e transportar: segundo a UNICEF, cada dia mais crianças são recrutadas como combatentes e algumas guerras parecem encomendadas para escoar o «último grito» do armamento produzido. Em muitos casos, por empresas europeias e vendido também por governos europeus, que resistem a vincular-se a um código de conduta para controlo das exportações de armas, como o Parlamento Europeu vem insistindo.

A II Guerra Mundial terminou com duas bombas atómicas. A III Guerra Mundial poderá ser desencadeada por outra, ou por um ataque biológico ou químico, e terá consequências ainda mais devastadoras para a Humanidade. Porque as armas de destruição maciça (ADM) proliferaram e os riscos são muito superiores aos do «equilíbrio do terror» da Guerra Fria.

À hora a que escrevo, o regime iraniano, que furtou parte do seu programa nuclear à AIEA, insiste no direito de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos. A Coreia do Norte testou mais um míssil em direcção ao Japão e responsáveis americanos admitem que possa atingir os EUA — o que pode justificar um ataque preventivo; o qual pode precipitar a guerra nuclear. E o que continua a ser o Afeganistão, senão uma ADM assestada contra o Ocidente, regurgitando heroína? É perigosa a incoerência dos governos ocidentais quanto às armas nucleares. Que são ilegais e imorais. Há cinco anos, os Estados detentores assumiram o compromisso de eliminar arsenais, abrindo caminho ao desarmamento nuclear, nos termos do Tratado de Não-Proliferação (NPT). Mas, ao reunir-se agora a Conferência de Estados-Parte para Revisão do NPT, os EUA e outros Estados nucleares do Tratado — incluindo França e Reino Unido — não cumpriram o compromisso de desarmar. A Administração Bush anunciou novas tecnologias nucleares, mantém estacionadas na Europa 480 armas nucleares e continua a rejeitar a ratificação do CTBT (Tratado para a proibição de testes nucleares).

O resultado é que outros Estados-parte não se sentem também vinculados. Israel, Índia e Paquistão, com armas nucleares, não sentem pressões para aderir ao NPT. E depois da invasão do Iraque, que negava ter ADM, possuir ou fazer crer que se possui a arma nuclear tornou-se rentável (está a ser invocado na candidatura da Índia a membro permanente do Conselho de Segurança) e é percebido como factor de dissuasão e autoprotecção. A Coreia do Norte prova-o, provocando até os vizinhos.

O Relatório da ONU «Ameaças, Desafios e Mudanças» previne que a erosão do regime «**pode tornar-se irreversível e resultar na proliferação em cascata**». Não controlada sequer por Estados: basta que grupos terroristas deitem a mão e passem, de contrabando, 50 quilos de urânio enriquecido — quantidade equivalente ao volume de seis pacotes de leite — para poderem improvisar uma bomba nuclear capaz de arrasas uma cidade de dimensões médias. O caso do cientista paquistanês A.Q. Khan deveria ter accionado todos os alarmes, mas ele nem sequer foi punido (por ter sido protegido do Pentágono?..).

A «proliferação em cascata» e uma guerra nuclear só podem ser impedidas se os governos unirem esforços em soluções multilaterais eficazes. É preciso aplicar a resolução 1540 do Conselho de Segurança para evitar que agentes não estatais adquiram armas nucleares. É preciso que a revisão do NPT reforce o compromisso universal de não-proliferação e desarmamento nuclear, o que implica a ilegalização de novas gerações de armas nucleares.

Recentemente, no Relatório «In Larger Freedom», sobre o cumprimento dos Objectivos do Milénio, o secretário-geral da ONU recordou que segurança, desenvolvimento e direitos humanos estão interligados. Nenhum Estado pode sozinho garantir a segurança dos seus cidadãos e, por isso, é urgente reformar e reforçar a ONU. Porque travar o terrorismo, a proliferação de armas mortíferas, as guerras, requer que todos os governos trabalhem em conjunto e interiorizem que a segurança vai de par com o reforço do direito internacional, do Estado de direito, dos direitos humanos, da democracia. E implica a «responsabilidade de proteger»: a intervenção colectiva contra genocídios e crimes contra a Humanidade. Pela segurança global, de cada nação e de cada ser humano. Pela libertação do medo. ●



ANA GOMES